

Análise estatística da influência da crise econômica brasileira nos municípios da região Sul Fluminense

Márcio Eustáquio Maria
marcioeustaquio@id.uff.br
Universidade Federal

Resumo: Este trabalho analisou a influência da crise econômica brasileira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Rio de Janeiro, em particular, para aqueles que integram a região Sul Fluminense nos períodos de pré e pós-crise. O desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região Sul Fluminense foi medido utilizando-se o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os valores deste indicador social foram coletados por meio de uma pesquisa documental via site. Os resultados mostram também que no período pré-crise 28,57% dos municípios atingiram a condição de alto desenvolvimento. Na pós-crise nenhum município da região alcançou alto desenvolvimento, no entanto, em compensação, 100% dos municípios desta região alcançaram desenvolvimento moderado. Por fim, os municípios de pequeno e médio porte mantiveram seus níveis de desenvolvimento moderado ao longo dos períodos de pré e pós-crise. No entanto, os municípios de grande porte, que no período de pré-crise alcançaram o nível alto desenvolvimento, sofreram mudança de nível de desenvolvimento alto para moderado devido à queda no seu IFDM médio. A análise exploratória de dados aplicada aos valores do IFDM dos municípios da região Sul Fluminense mostra que os municípios desta região conseguiram manter um nível moderado de desenvolvimento nos períodos de pré e pós-crise.

Palavras Chave: IFDM - pós-crise - desenvolvimento - municipal - sul fluminense

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico de um país, estado, município ou região é um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social. Segundo Furtado (1979), refere-se a incrementos positivos no produto e na renda para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras. (RODRIGUES, 2000; TOLENTINO, 2006)

O desenvolvimento socioeconômico nos níveis Federal, Estadual e Municipal está associado a uma gestão pública realizada de modo eficiente que resulta em melhores condições de vida para a população. A utilização de técnicas modernas de gestão pública garante a aplicação de recursos em áreas estratégicas que atendem às necessidades coletivas e, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da União, dos Estados e, em especial, dos municípios (COSTA, 2011).

O desempenho socioeconômico dos municípios, no que se refere à gestão pública municipal, isto é, em relação ao controle de gastos, investimentos e cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição é medido por indicadores de desenvolvimento. Por meio destes índices podem-se analisar os pontos fortes e fracos de uma estratégia utilizada para o desenvolvimento de uma cidade ou região. Para tal finalidade existem diversos indicadores entre os quais podem se citar, o Produto Interno Bruto (PIB), Renda per capita, o Índice Firjam de gestão fiscal (IFGF) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Sousa et al., 2013). O PIB e a Renda per capita são relevantes para medir o nível de renda nos municípios, no entanto, não consideram variáveis sociais como saúde e educação. O IFGF se baseia em indicadores que avaliam a geração de receita própria no município e as decisões dos gestores municipais em relação à responsabilidade administrativa, e também, não considera variáveis sociais. O IDH, por outro lado, tem a vantagem de abordar as variáveis sociais educação e saúde, mas apresenta uma limitação temporal de dez anos (OLIVEIRA, 2012).

Uma forma alternativa e eficiente de medir o desenvolvimento socioeconômico dos municípios é utilizar o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Este indicador é resultado de um estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os atuais 5.565 municípios brasileiros, utilizando-se, exclusivamente de estatísticas oficiais em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Este índice é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo de séries históricas anuais. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade (FIRJAN, 2019).

Os diversos indicadores de desenvolvimento municipal são sensíveis às transformações políticas, sociais e econômicas que ocorrem nos municípios, estados e no país. O Brasil passou por dois períodos distintos em sua economia. Um momento de estabilidade econômica entre 2010 e 2013, seguido de uma forte recessão no período de 2014 a 2016. Esta crise econômica provocou impactos negativos em todo o país. A crise econômica atingiu as mais diversas regiões de todos os estados brasileiros, dentre eles o Rio de Janeiro.

A literatura apresenta diversos trabalhos que utilizam indicadores para avaliar o desenvolvimento socioeconômico municipal no país. Entretanto, tais obras não avaliam os impactos da crise econômica brasileira no desenvolvimento dos municípios brasileiros, em particular nos municípios do Rio de Janeiro. Neste contexto se insere este trabalho cujo objetivo deste trabalho é analisar a influência da crise econômica brasileira no

desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Rio de Janeiro, em particular, para aqueles que integram a região Sul Fluminense. Tal estudo é feito por meio de uma análise exploratória de dados baseados na série histórica de 2010 a 2016 do IFDM. A principal contribuição deste artigo é mostrar como a crise econômica brasileira, iniciada no início de 2014, afetou os indicadores de desenvolvimento municipal desta região do estado do Rio de Janeiro.

Este trabalho está organizado cinco seções. Na primeira faz-se uma introdução ao tema e seus diversos aspectos. Em seguida, a revisão da literatura sobre a utilização de indicadores para avaliação das diversas características da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico é apresentada. A terceira seção discorre sobre a metodologia utilizada para realizar a pesquisa. Na quarta seção, os resultados obtidos são apresentados e discutidos. Por fim, na última seção as conclusões sobre o trabalho são apresentadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento socioeconômico municipal, decorrente de uma eficiente gestão pública, resulta na redução da pobreza, na melhora da qualidade da educação e da saúde, no aumento da competitividade da economia, na conservação dos recursos naturais, na expansão cultural e, por consequência, na melhoria na qualidade de vida da população (NASCIMENTO, 2014). A literatura sobre este tema recebe a contribuição de diversos autores que utilizam diferentes indicadores para analisar a relação entre a eficiência na gestão pública e os diversos aspectos do nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Benetti (2006), avaliou várias características do desenvolvimento sustentável no município de Lages (SC), utilizando variáveis disponíveis no Censo Demográfico.

Cavallieri e Lopes (2008), analisaram as realidades microurbanas na cidade do Rio de Janeiro, considerando variáveis relacionadas ao acesso ao saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade, e disponibilidade de renda.

Shikida (2008) correlacionou o desenvolvimento dos municípios paranaenses com a incidência de crimes violentos. Para tanto, o autor utilizou dez variáveis que incluem despesas municipais com saúde, educação e assistência social; razão de dependência; taxa de analfabetismo, de reprovação no ensino médio, de nascidos de mãe adolescente; mortalidade infantil; IDH dos municípios; e a proporção de equipamentos e instalações culturais.

Matias et al. (2002) investigaram a associação entre indicadores fiscais da gestão pública municipal e indicadores sociais do Índice paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de municípios paulistas, de 1997 a 1998 onde concluíram forte associação entre a responsabilidade fiscal e a responsabilidade social.

Resende, Slomski e Corrar (2005) analisaram a relação entre as políticas públicas de 508 municípios do Estado de São Paulo no período de 1991 a 2000. Concluíram não haver relação linear de causa e efeito entre as políticas públicas e a variação do IDH-M dos municípios, contudo, as variáveis econômicas (investimentos realizados) e as características socioeconômicas dos municípios demonstram relação de 85% a 91% com o desenvolvimento municipal (IDH-M). Os resultados apurados demonstram a sensibilidade do modelo, o que possibilitou sugerir que houve impactos das políticas públicas no nível de desenvolvimento social dos municípios.

Sousa et al., (2011) investigaram os efeitos no índice de desenvolvimento municipal (IDM) decorrente do cumprimento das determinações da LRF por meio do Índice de

Responsabilidade Fiscal e Social - IRFS do Conselho Nacional dos Municípios - CNM de uma amostra de municípios cearenses no período de 2006 a 2008. Observaram relação positiva entre os indicadores de desenvolvimento e o componente fiscal do IRFS dando indícios que o cumprimento da LRF promoveu aumento na qualidade de vida nos municípios analisados. Concluíram que uma parcela do índice de desenvolvimento municipal (IDM) pode ser explicado pelo IRFS fiscal para esta amostra de municípios.

Oliveira e Silva (2012) investigaram os efeitos dos indicadores de gestão fiscal (Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF e Índice de Responsabilidade Fiscal e Social - IRFS) nas variáveis de desenvolvimento e variáveis socioeconômicas (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM, e variáveis socioeconômicas do IBGE) em 14 municípios do estado de Minas Gerais nos anos de 2000 e 2009. Concluíram que houve uma associação entre os indicadores de gestão fiscal e as variáveis de desenvolvimento e socioeconômicas municipais nos municípios analisados.

Klering, Kruegel e Stranz (2012) analisaram os efeitos do porte dos municípios na relação entre indicadores de gestão e de responsabilidade fiscal de 2002 a 2009. Usando como variáveis os indicadores IRFS do CNM e o IFGF da FIRJAN, observaram nos pequenos municípios brasileiros que ocorreram os melhores indicadores de gestão, confirmando que a estratégia de descentralização da gestão pública municipal é benéfica para a melhoria da qualidade de vida e indicadores sociais. Concluíram que há uma relação entre os indicadores de gestão e os indicadores de responsabilidade social para os municípios brasileiros analisados e que o porte influencia nesta relação.

Sousa, Nascimento, Peter, Machado e Gomes (2013) investigaram os efeitos no desenvolvimento municipal (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM) decorrentes do cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Índice de Responsabilidade Fiscal - IRF baseado no IRFS do CNM) para todos os municípios brasileiros no período de 2005 a 2009. Concluíram que o cumprimento da LRF no que se refere ao endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário proporcionou uma significativa melhora nos indicadores de desenvolvimento econômico-social dos municípios analisados. Verificaram ainda desigualdade entre as regiões brasileiras no que se refere ao cumprimento da LRF, sendo melhores índices nas regiões Sul e Sudeste e piores nas regiões Norte e Nordeste. Apesar disso, concluíram que o cumprimento das determinações contidas na LRF proporciona um impacto positivo sobre o desenvolvimento municipal.

Duarte e Lima (2013), utilizando dados divulgados pelo Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM, verificaram que quanto melhor a gestão fiscal das prefeituras, melhor o desenvolvimento social do município, traduzido pelos serviços públicos oferecidos para a população. Com base nestes indicadores municipais relativos ao ano de 2011 no Brasil, concluíram em seu estudo que em cidades com uma boa gestão fiscal, altos índices IFGF há uma possibilidade de 88 % de aumento nos indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento municipal, medidos pelo IFDM, sugerindo como conclusão que uma boa gestão fiscal pode influenciar no desenvolvimento municipal.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este trabalho utiliza a análise exploratória de dados para descrever o desenvolvimento da região Sul Fluminense nos períodos pré e pós-crise. Dessa forma esta pesquisa é quantitativa devido à ênfase em análise numérica de dados (LAKATOS 2010). Em relação à natureza, esta pesquisa é aplicada, pois, de acordo com Gil (2014), ela orienta à geração de conhecimentos dirigidos à solução de problemas práticos e do cotidiano. Do ponto de vista de objetivo, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que, segundo Rudio (2012), ela utiliza dados estatísticos para discutir e mostra desenvolvimento socioeconômico da dos municípios da região Sul Fluminense.

O desenvolvimento deste trabalho foi feito em diversas etapas. Inicialmente, fez-se uma pesquisa exploratória baseada em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em seguida, o problema e a hipótese foram determinados. Na fase de execução, foram escolhidos os municípios da região Sul Fluminense para análise. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa documental via site da Firjan. A análise dos dados obtidos foi feita por meio de estatística descritiva

Os gráficos apresentados no textos foram criados utilizando-se o software estatístico R Studio o qual é uma linguagem de programação livre amplamente utilizada em análises estatísticas, gráficas e mineração de dados. Esta linguagem computacional O software R Studio é composta por uma variedade de implementações de técnicas estatísticas (Modelos lineares e não-lineares, testes estatísticos, análise de séries temporais, clustering, análise multivariada, etc) que a tornam uma eficiente ferramenta para obter, com facilidade e qualidade, soluções gráficas e estatísticas e para simular diversos fenômenos gerenciais e contábeis.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A região Sul Fluminense é a localidade geográfica do estado do Rio de Janeiro que faz fronteira com os estados de São Paulo e Minas Gerais. Os municípios que integram esta região são: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Itatiaia, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. A economia da região é baseada na indústria metal-mecânica, automotiva, metalúrgica, siderúrgica, cimenteira, alimentícia e energética (usinas termoelétricas, term nucleares e hidrelétricas, nas atividades agropecuárias (destacando-se a criação de gado leiteiro), a produção de hortifrutigranjeiros e no comércio varejista. IBGE

O Brasil passou por 2 períodos distintos em sua economia. Um momento de estabilidade econômica no período de 200 a 2013, seguido de uma fase de recessão econômica no período de 2013 a 2016. Neste trabalho estes períodos são chamados respectivamente pré-crise e pós-crise. A partir de 2017 o país inicia uma lenta recuperação de sua economia que, e continua neste estado, em meados de 2019. O último IFDM disponibilizado pela Firjam é 2016, por isso, o período de análise do desenvolvimento da região Sul Fluminense considerado neste texto vai de 2010 a 2016. Neste trabalho, verifica-se a influência da crise econômica brasileira no desenvolvimento geral da região Sul Fluminense, na qualidade do desenvolvimento individual dos municípios e, por fim, na qualidade do desenvolvimento municipal em relação ao porte populacional.

4.1. NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO GERAL DA REGIÃO SUL FLUMINENSE NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS CRISE

Inicialmente analisa-se o desenvolvimento da região Sul Fluminense nos períodos pré e pós-crise, por meio da análise de dados dos 14 municípios que formam a esta região do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, o indicador de desenvolvimento municipal IFDM foi coletado no site da Firjam para os municípios da região ao longo dos períodos de pré e pós-crise. A metodologia empregada no trabalho é a análise descritiva de dados em que, a partir dos IFDM obtidos, foram calculados a média, o desvio padrão, a mediana, o máximo e o mínimo. Os resultados estão dispostos na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Estatística descritiva para o IFDM anual da região sul fluminense no período de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Medias	0,7532	0,75732	0,7588	0,77192	0,76266	0,72803	0,72357
desvio padrao	0,0570	0,05893	0,0463	0,04341	0,04171	0,03839	0,04687
minimo	0,6737	0,66563	0,6855	0,70403	0,69539	0,67502	0,65727
maximo	0,8509	0,85079	0,8389	0,85920	0,82990	0,79548	0,79307
mediana	0,7438	0,74423	0,7596	0,76820	0,76594	0,71938	0,72167

Fonte: O autor

A análise dos valores do IFDM médio na tabela 1 mostra que a região Sul Fluminense apresentou desenvolvimento moderado nos períodos pré e pós-crise, uma vez que o indicador se manteve superior a 0.6. Desta forma, nenhum município obteve desenvolvimento regular ou baixo no período considerado. Nota-se, que na pré-crise, o IFDM médio 2,48% passando de 0,7532 em 2010 para 0,77192 em 2013. Entretanto, no período pós-crise, o indicador de desenvolvimento reduziu 6,26% passando de 0,76266 0,77192 em 2014 para 0,72357 em 2016. O gráfico 1 mostra o crescimento e decréscimo do desenvolvimento médio da região Sul Fluminense ao longo do período de análise

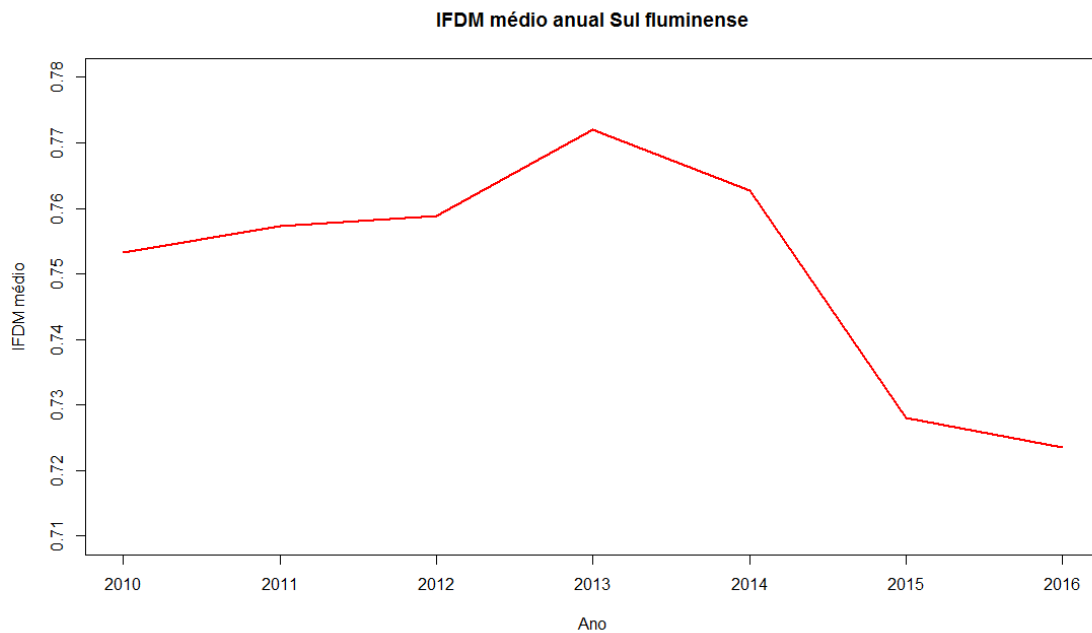


Figura 1: Variação do IFDM médio anual da região Sul Fluminense

Fonte: O autor

4.2. NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS CRISE

Em seguida, foi analisada a influência da crise econômica brasileira na qualidade do nível de desenvolvimento dos municípios, isto é, verificou-se se ocorreu mudança nos IFDM de níveis alto e moderado. Para tanto, calculou-se o percentual de municípios da região, em todo o período analisado, classificados nos nível alto e no nível moderado. Os resultados estão dispostos na tabela 2

Tabela 2: IFDM médio anual para municípios de pequeno, médio e grande porte da região Sul Fluminense

Ano	Percentual de Municípios com desenvolvimento Elevado%	Percentual de Municípios com desenvolvimento Moderado %
2010	28.57143	71.42857
2013	21.42857	64.28571
2016	0.00000	100

Fonte: O autor

No ano de 2010, os municípios de Angra dos Reis, Porto Real, Resende e Volta Redonda atingiram a condição de alto desenvolvimento, o que corresponde a 28,57% da região. No entanto, em 2013, Angra dos Reis sofreu redução de 6,27% no seu IFDM,

passando de 0,822568284 em 2010 para 0,77099796 em 2013. Esta queda em Angra dos Reis fez o percentual de municípios com alto desenvolvimento na região reduzir de 28.57143 para 21.42857 na pré-crise, conforme mostrado na tabela 2. No período de pós-crise, todos os municípios da região Sul Fluminense sofreram redução do IFDM, por isso, houve nova redução no percentual de municípios com alto desenvolvimento, desta vez, de 21.43% para 0%, conforme mostrado na tabela 2. A redução do número de municípios com alto desenvolvimento na região Sul Fluminense é mostrada na figura 2

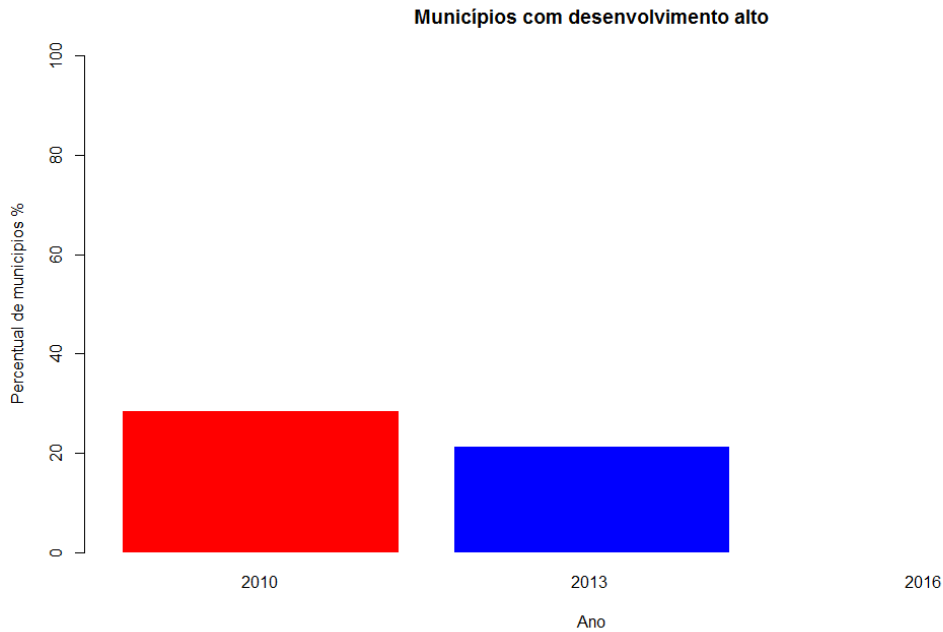


Figura 2: Redução do número de municípios com alto desenvolvimento no período de 2010 a 2016

Fonte: O autor

A análise da tabela 2 mostra que, no ano de 2010, 71.43% dos municípios Sul Fluminenses apresentava desenvolvimento moderado. Em um bom momento de gestão, o município de Piraí aumentou seu IFDM em 3.03% passando de 0,78846492 em 2010 para 0,812416431 em 2013. Por isso, na pré crise, o percentual de municípios com desenvolvimento moderado reduziu de 71.43% para 64.28%. Conforme mostrado anteriormente, no período de pós-crise o percentual de municípios com desenvolvimento alto se tornou nulo. Por essa razão percentual de municípios com desenvolvimento moderado aumentou de 64.28% em 2013 para 100% em 2016. Apesar da recessão econômica instalada no país, a região Sul Fluminense manteve seu nível de desenvolvimento moderado. A variação percentual do número de municípios com desenvolvimento moderado na região Sul Fluminense nos períodos de pré e pós-crise é mostrada na figura 3

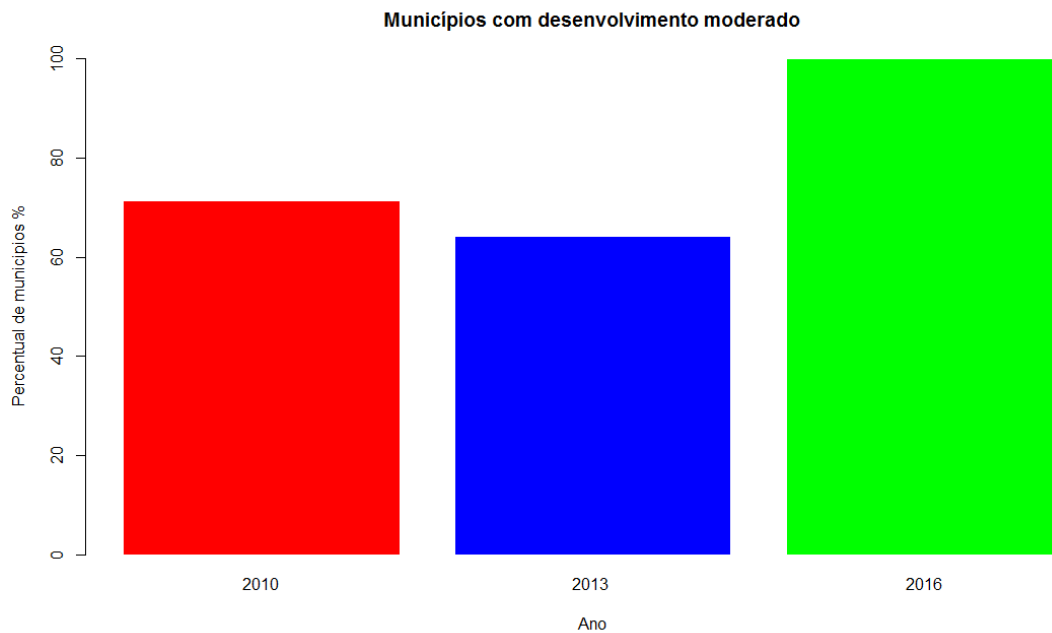


Figura 3: Variação do número de municípios com desenvolvimento moderado no período de 2010 a 2016

Fonte: O autor

4.3. INFLUÊNCIA DO PORTE MUNICIPAL NO NÍVEL DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Finalmente, foi analisada a influência da crise econômica brasileira na qualidade do nível de desenvolvimento dos municípios em relação ao seu porte populacional. De acordo com o IBGE, os municípios pertencentes a qualquer região do país são classificados, em relação às suas populações, como municípios de pequeno, médio e grande porte se o número de seus habitantes varia, respectivamente, entre 0 e 25000, entre 25000 e 50000 e acima de 100000. A média do IFDM municipal foi calculado, ao longo de 2010 à 2016, para cada porte populacional definido anteriormente. Os resultados estão dispostos na tabela 3

Tabela 3: IFDM médio anual para municípios de pequeno, médio e grande porte da região Sul Fluminense

Ano	Média dos municípios de pequeno porte	Média dos municípios de médio porte	Média dos municípios de grande porte
2010	0,741908	0,70146	0,814852
2011	0,746031	0,707118	0,820306
2012	0,745611	0,705912	0,802749
2013	0,76492	0,738901	0,812077
2014	0,752508	0,720067	0,803608
2015	0,723022	0,718406	0,754376
2016	0,722879	0,694947	0,749529
Geral	0,742411	0,712402	0,793928

A análise da tabela 3 mostra que durante a pré-crise, os índices de desenvolvimento dos municípios de todos os portes oscilaram entre momentos de crescimentos e decréscimo. Nota-se que, na pós-crise todos os municípios sofreram queda no desenvolvimento, sendo que a redução percentual no IFDM médio dos municípios de pequeno, médio e grande porte foi, respectivamente, 2.94%, 5.95% e 7.7%. Os municípios de pequeno e médio porte mantiveram seus níveis de desenvolvimento moderado ao longo do período de 2010 a 2016. No entanto, os municípios de grande porte, que no período de pré-crise alcançaram o nível alto desenvolvimento, sofreram mudança de nível de desenvolvimento alto para moderado devido à queda de 7.7% no seu IFDM médio. Percebe-se que nos períodos pré e pós-crise, os municípios de médio porte obtiveram as menores médias do IFDM, os municípios de pequeno porte alcançaram médias intermediárias e os municípios de grande porte alcançaram as maiores médias do indicador de desenvolvimento socioeconômico. A variação do nível de desenvolvimento socioeconômico para os municípios de pequeno médio e grande porte da região Sul Fluminense é apresentada na figura 4

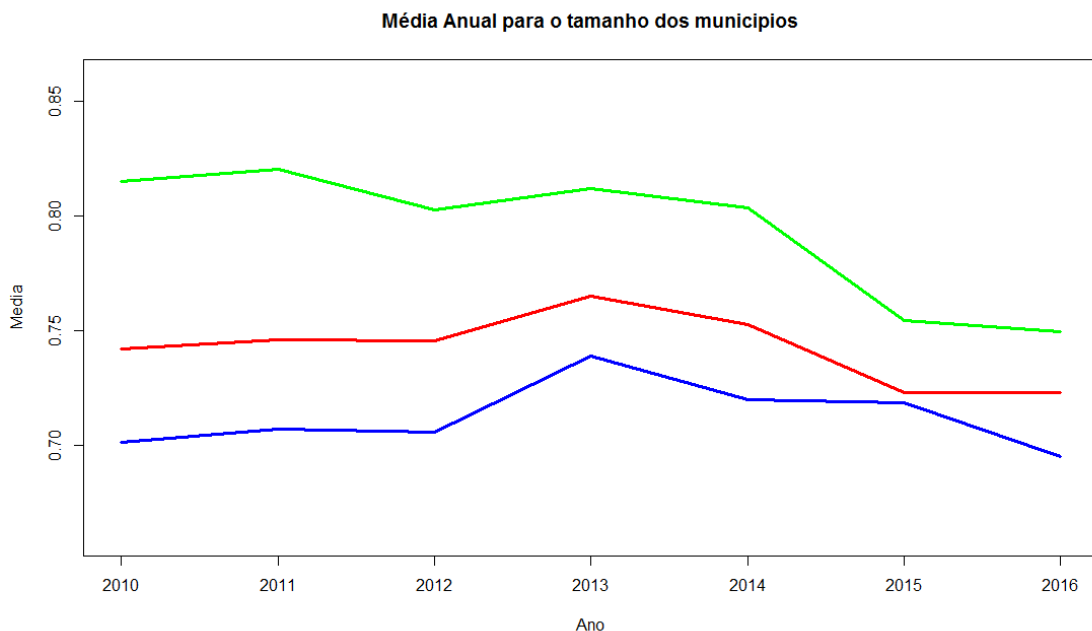


Figura 4: Variação anual do IFDM médio para os municípios da região sul Fluminense no período de 2010 a 2016

Fonte: O autor

5. CONCLUSÕES

Este trabalho analisou a influência da crise econômica brasileira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Rio de Janeiro, em particular, para aqueles que integram a região Sul Fluminense. Tal estudo foi feito por meio de uma análise exploratória de dados baseados na série histórica de 2010 a 2016 do IFDM.

O desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região Sul Fluminense foi medido utilizando-se o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os valores deste indicador social foram coletados por meio de uma pesquisa documental via site.

Neste trabalho, foram verificadas a influência da crise econômica brasileira no desenvolvimento geral da região Sul Fluminense, na qualidade do desenvolvimento individual dos municípios e, por fim, na qualidade do desenvolvimento municipal em relação ao porte populacional.

A análise dos resultados mostra que a região Sul Fluminense apresentou desenvolvimento moderado nos períodos pré e pós-crise, isto é, nenhum município obteve desenvolvimento regular ou baixo no período considerado.

Os resultados mostram também que no período pré-crise 28,57% dos municípios atingiram a condição de alto desenvolvimento. Na pós-crise nenhum município da região alcançou alto desenvolvimento, no entanto, em compensação, 100% dos municípios desta região alcançaram desenvolvimento moderado.

Por fim, os municípios de pequeno e médio porte mantiveram seus níveis de desenvolvimento moderado ao longo dos períodos de pré e pós crise. No entanto, os municípios de grande porte, que no período de pré-crise alcançaram o nível alto desenvolvimento, sofreram mudança de nível de desenvolvimento alto para moderado devido à queda no seu IFDM médio.

A análise exploratória de dados aplicada aos valores do IFDM dos municípios da região Sul Fluminense mostra que os municípios desta região conseguiram manter um nível moderado de desenvolvimento nos períodos de pré e pós-crise.

6. REFERÊNCIAS

BENETTI, L. B. Avaliação do índice de desenvolvimento sustentável do município de Lages (SC) através do método do painel de sustentabilidade. 2006. 215 f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CAVALLIERI, F.; LOPES, G. P. Índice de desenvolvimento social – IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, COLODEL, J. A. Cinco séculos de história. 2008.

ERVILHA, G. T. ALVES, F. F.; GOMES, A. P. (2013). Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. Bahia Análise de Dados, Salvador, v. 23, n. 3, p.553-566, jul./set. 2013

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). 2013. IFGF 2013 – Análise Especial Minas Gerais. Disponível em: . Acesso em: 13 fev. 2014.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2014). Disponível em:<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>>Acesso em 13/06/2019

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paul: Abril Cultural, 1983.

MATIAS, A. B.; ORTOLANI, F. & CAMPELLO, C. A. G. B. (2002). A relação (in)existente entre a responsabilidade fiscal e responsabilidade social nos municípios paulistas. In: ASSEMBLY OF THE LATIN AMERICAN COUNCIL OF COLLEGE OF BUSINESS ADMINISTRATION – CLADEA, 37. Porto Alegre. XXXVII CLADEA, EA/UFRGS.

MEIRELLES, Hely. Direito Administrativo Brasileiro. 30. ed. São Paulo: PC Editorial Ltda., 2005.

NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista FAE, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.



OLIVEIRA, M. de J.; SILVA E. A. Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG. Encontro de Administração Pública e Governo EnAgp. Anais... Salvador (BA), 5, 2012.

Rezende, A. J.; Slomski, V. & Corrar, L.J. (2005). A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr.

RODRIGUES, L. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: ROSA, A.; GHIZZO NETO, A. Improbidade Administrativa e Lei De Responsabilidade Fiscal. Florianópolis: Habitus, 2000. SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SHIKIDA, P. F. A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o estado do Paraná. Direitos Fundamentais & Justiça, n. 5, p. 144-161, out./ dez. SCHUMPETER, J. 2008.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: Uma síntese. Revisa Desenvolvimento em Questão, Ijuí, ano 1, v.1, n.1, pp. 45-71, 2003. SILVA, E.; FONTES, R.; ALVES, L. F. Análise das Disparidades Regionais em Minas Gerais.

SOUSA, P. F. B DE; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S. DO. PETER, M. G. A.; MACHADO, V. V. M.; GOMES, A DE O. (2013). Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. Revista evidenciação contábil & finanças. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun.

SOUSA, P. F. B DE; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S. DO. PETER, M. G. A.; MACHADO, V. V. M.; GOMES, A DE O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. Revista evidenciação contábil & finanças. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun. 2013.

TOLENTINO, M. A. Desenvolvimento Social, Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público. Uma Análise dos Gastos Sociais no Município De Montes Claros (MG). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros: Unimontes, 2006.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Rural: O Brasil Precisa de um Projeto. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 18., Poços de Caldas.1998. Anais... Poços de Caldas, SOBER, 1998. Disponível em:< www.Econ.Fea.Usp.Br/ZeeLi/Text>. Acesso em: 3 jan. 2009.

Viana, A.; Silva, E. S.; Almeida, F. P. A.; Anjos Junior, O. R.; Silva, L. A. S. C.; Rodrigues, M. P.; Costa Neta, R. L.; Figueiredo, N. R M. & Santana, F. L. Eficiência dos gastos públicos de João Pessoa: um estudo empírico entre as políticas públicas de educação e saúde dos municípios da região metropolitana. 2011. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/arti-gos/3087722>. Acesso em: 30 jul. 2011.